

DECRETO Nº 3199, DE 26 DE SETEMBRO DE 2013



Dispõe sobre a regulamentação do plano de gerenciamento integrado de resíduos sólidos da construção civil e de resíduos sólidos verdes, nos termos da Lei Complementar nº 333/2012, que instituiu o Código Municipal de Resíduos Sólidos de Monte Alto, e dá outras providências

SILVIA APARECIDA MEIRA, Prefeita do Município de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso XI, da **Lei Orgânica** do Município, DECRETA:

Capítulo I
DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Art. 1º Este decreto regulamenta o gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil, de demolição, demais obras e serviços de engenharia, bem como os resíduos sólidos verdes gerados por ações de supressão de vegetação, de árvores isoladas, manutenção de jardins, e aparas de grama, e demais atividades similares neste Município.

§ 1º Para a regência do plano, a que se refere este artigo, deverão ser observadas as normas da Lei Complementar municipal nº 333/2012, que instituiu o Código Municipal de Resíduos Sólidos de Monte Alto, da **Lei Orgânica** do Município, do Plano Diretor, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e, no que couberem, das demais disposições pertinentes da legislação municipal, estadual e federal.

§ 2º Os procedimentos para o gerenciamento dos resíduos sólidos da construção civil e de resíduos sólidos verdes objetivam atender a política urbana de pleno desenvolvimento da função social da cidade e da propriedade urbana, conforme estabelece o Estatuto da Cidade, assim como a Resolução CONAMA nº 307/2002.

Art. 2º A gestão dos resíduos sólidos da construção civil e de resíduos sólidos verdes tem como objetivos específicos:

I - garantir a melhoria do ambiente urbano, a efetiva redução dos impactos ambientais gerados pelos resíduos da construção civil e verdes, e a redução dos resíduos sólidos urbanos;

II - estimular a redução da geração de resíduos da construção civil e verdes prolongando a vida útil dos aterros;

III - estabelecer as responsabilidades dos geradores de resíduos da construção civil e verdes, e demais agentes envolvidos.

Capítulo II DAS DEFINIÇÕES E CLASSIFICAÇÕES

Art. 3º Para efeito do plano, regulamentado na forma deste decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - resíduos da construção civil - são os provenientes de construções, reformas, reparos, ampliações e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha;

II - resíduos sólidos verdes - são os resíduos sólidos verdes urbanos provenientes de ações e intervenções para a limpeza e manutenção de terrenos; supressão de vegetação; manutenção dos jardins; arborização urbana; hortas das habitações, ou outros espaços de uso público e-ou privado, nomeadamente composto por aparas, raízes, troncos, ramos, galhos, folhas, restos de vegetais herbáceos;

III - geradores - são pessoas, físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, responsáveis por atividades ou empreendimentos que gerem os resíduos definidos nesta lei complementar;

IV - transportadores - são as pessoas, físicas ou jurídicas, encarregadas da coleta e do transporte dos resíduos entre as fontes geradoras e as áreas de destinação;

V - agregado reciclado - é o material granular proveniente do beneficiamento de resíduos de construção que apresentem características técnicas para a aplicação em obras de edificação, de infra-estrutura, em aterros sanitários ou outras obras de engenharia;

VI - gerenciamento de resíduos - é o sistema de gestão que visa reduzir, reutilizar ou reciclar resíduos, incluindo planejamento, definição de responsabilidades, práticas, procedimentos e recursos para desenvolver e implementar as ações necessárias ao cumprimento das etapas previstas em programas e planos;

VII - reutilização - é o processo de reaplicação de um resíduo, sem transformação do mesmo;

VIII - reciclagem - é o processo de reaproveitamento de um resíduo, após ter sido submetido à transformação;

IX - beneficiamento - é o ato de submeter um resíduo a operações e/ou processos que tenham por objetivo dotá-los de condições que permitam que sejam utilizados como matéria-prima ou produto;

X - área de transbordo e triagem - é o estabelecimento privado ou público destinado ao recebimento de resíduos da construção civil e resíduos sólidos verdes gerados e coletados por agentes públicos ou privados, e que deverão ser usadas para a triagem dos resíduos recebidos, beneficiamento, transformação, e posterior remoção para adequada disposição final;

XI - aterro de resíduos da construção civil - é a área onde serão empregadas técnicas de disposição de resíduos da construção civil Classe "A" no solo, visando a reservação de materiais segregados de forma a possibilitar seu uso futuro e/ou futura utilização da área, utilizando princípios de engenharia para reduzi-los e confiná-los ao menor volume possível, sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente;

XII - áreas de destinação de resíduos - são áreas destinadas ao beneficiamento ou à disposição final dos resíduos.

Art. 4º Para efeito do plano, regulamentado na forma deste decreto, os resíduos da construção civil e os resíduos sólidos verdes são classificados da seguinte forma:

I - Classe A - são os resíduos reutilizados ou recicláveis como agregados, tais como:

- a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infra-estrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;
- b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento) argamassa e concreto;
- c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré - moldadas em concreto (blocos, tubos, meios - fios) produzidas nos canteiros de obras;

II - Classe B - São os resíduos recicláveis, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras, resíduos sólidos verdes e outros;

III - Classe C - São os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso e deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV - Classe D - São os resíduos perigosos oriundos do processo de construção tais como: tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

DOS INSTRUMENTOS DO GERENCIAMENTO

Art. 5º São instrumentos para o gerenciamento dos resíduos da construção civil o plano integrado de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes, compreendendo o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Sólidos Verdes, assim como o Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e de Resíduos Sólidos Verdes.

Art. 6º O programa municipal de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes estabelece técnicas e procedimentos para o exercício das responsabilidades dos geradores.

§ 1º Para os efeitos deste Plano, consideram-se como:

I - pequenos geradores, aqueles cujo volume de resíduos da construção civil, ou resíduos sólidos verdes, gerados em propriedade privada ou área pública não exceda em sua totalidade o volume 3 m³ (três metros cúbicos);

II - grandes geradores, aqueles cujo volume de resíduos da construção civil, ou verdes, gerados em propriedade privada ou área pública exceda em sua totalidade o volume de 3 m³ (três metros cúbicos).

§ 2º O gerador, pequeno ou grande, deverá se responsabilizar pela segregação, acondicionamento, coleta e destinação final dos resíduos de que trata este decreto em áreas indicadas pela Prefeitura, podendo realizar o transporte por meios próprios, ou por contratação de serviços de transporte, devidamente cadastrados no Município.

§ 3º A Prefeitura poderá solicitar, a seu critério, para os resíduos classificados na forma de Classe D, nos termos do inciso IV, do artigo 4º, deste decreto, a apresentação de laudo da CETESB, a ser providenciado pelo próprio gerador.

Art. 7º O projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes será elaborado e implementado pelos grandes geradores e terá como objetivo estabelecer os procedimentos necessários para o manejo e destinação ambientalmente adequados dos resíduos.

§ 1º O projeto, de que trata este artigo, com relação a empreendimentos e atividades não enquadradas na legislação como objeto de licenciamento ambiental, deverá ser apresentado juntamente com o projeto do empreendimento, para análise pelo órgão competente do poder público municipal, em conformidade com o disposto neste decreto.

§ 2º O projeto, a que se refere este artigo, com referência as atividades e empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, deverá ser analisado dentro do processo de licenciamento, junto ao órgão ambiental municipal.

§ 3º O projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos

verdes deverá, minimamente, contemplar os seguintes elementos:

I - a caracterização dos resíduos, por meio do qual o gerador deverá identificar; qualificar; e, quantificar os resíduos conforme as classes definidas neste plano;

II - a triagem, que será realizada, preferencialmente, pelo gerador na origem, ou ser realizada nas áreas de destinação licenciadas para essa finalidade, respeitadas as classes de resíduos estabelecidas neste plano;

III - o acondicionamento, por meio do qual o gerador deverá garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos em que seja possível, as condições de reutilização e de reciclagem;

IV - o transporte, que será realizado em conformidade com as etapas anteriores e de acordo com as normas técnicas vigentes para o transporte de resíduos;

V - a destinação, que será prevista de acordo com o estabelecido neste plano.

Art. 8º Nas obras que gerem resíduos das classes A e B, classificadas nas formas dos incisos I e II, do artigo 4º, deste decreto, o responsável deverá apresentar junto à Prefeitura o plano de estocagem, reutilização ou destinação final.

§ 1º Os resíduos de que trata este plano poderão ser reutilizados, desde que especificado o local de destino, o volume a ser disposto e a forma de transporte que será utilizada, fazendo constar as informações no projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes.

§ 2º Os resíduos só poderão ser estocados, temporariamente, no local em que foram gerados ou imediatamente reutilizados em outras áreas identificadas no âmbito do projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes, sendo proibido o depósito temporário em áreas não licenciadas para essa finalidade.

Art. 9º O projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes deverá conter os seguintes documentos:

- a) uma cópia do projeto arquitetônico da obra;
- b) três cópias de planilha descritiva de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes, e de cronograma de remoção de resíduos;
- c) uma cópia dos arquivos em formato digital da planilha descritiva de resíduos de que trata esta Lei e de cronograma de remoção de resíduos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, uma das vias da planilha, do cronograma e dos respectivos arquivos em formato digital, deverá ser enviada ao órgão ambiental municipal para devido controle.

DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO

Art. 10 Os geradores deverão ter como objetivo prioritário a minimização da geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem e a destinação final.

§ 1º Os resíduos, de que trata este artigo deverão ser destinados de acordo com sua classificação, obedecendo aos seguintes critérios:

I - Classe A - deverão ser reutilizados os reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de disposição de resíduos da construção civil ou de resíduos sólidos verdes sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

II - Classe B - deverão, conforme o caso, serem reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

III - Classe C - deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

IV - Classe D - deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

§ 2º Os resíduos, a que se refere este decreto, não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, em encostas, em corpos de água, em lotes vagos e em áreas protegidas por lei.

Art. 11 A Municipalidade manterá áreas próprias ou indicará alternativas adequadas para a disposição final dos resíduos, de que trata este decreto.

§ 1º A Prefeitura poderá implantar pontos de entrega, caso o volume de resíduos, de que trata este artigo, e o interesse público os justifiquem, podendo estabelecer concessões à iniciativa privada, mediante legislação específica, para a implantação e gerenciamento de áreas de triagem e transbordo, de sistemas de beneficiamento, de reciclagem e/ou de disposição final de resíduos, em áreas públicas ou privadas, em conformidade com a legislação vigente, notadamente a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo e a legislação ambiental.

§ 2º A implantação e operação das áreas, de que trata este artigo, estarão sujeitas ao atendimento da legislação pertinente e ao licenciamento junto aos órgãos competentes, enquanto que a implantação, operação e controle dos pontos de entrega, das áreas de disposição e de beneficiamento, que serão regulamentados por ato do Executivo.

Art. 12 Sem prejuízo de outras providências junto aos demais órgãos competentes, os resíduos, de que trata este decreto, deverão ser coletados, transportados ou reaproveitados mediante prévia identificação e inscrição do transportador no setor competente da Prefeitura.

§ 1º Nos casos de destinação final e de reutilização, reciclagem e beneficiamento do material para aproveitamento em outro local do coletado, a Prefeitura deverá ser previamente comunicada.

§ 2º Em todos os casos de coleta e transporte, juntamente com o transportador, deverá acompanhar documento fiscal, correlato ou identificador, onde constem os seguintes dados:

- a) identificação do gerador;
- b) data e local da retirada;
- c) natureza do resíduo;
- d) destino final.

§ 3º Para a identificação do gerador, a que se refere a letra "a", do parágrafo anterior, são necessárias as seguintes informações:

- a) nome completo do responsável pelo empreendimento e/ou imóvel;
- b) endereço completo do local de geração do resíduo;
- c) número do processo administrativo, licença ambiental, alvará, ordem de serviço ou documento equivalente para autorização de reforma e/ou demolição.

§ 4º Juntamente com os documentos mencionados nos parágrafos anteriores, deverá o transportador portar o documento expedido pela municipalidade de que se encontra cadastrado como transportador de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes.

§ 5º O plano em questão definirá, entre outras exigências, as instalações e os equipamentos mínimos de que deverão dispor os transportadores e os procedimentos operacionais a serem cumpridos na realização.

Art. 13 A Prefeitura manterá cadastro de pessoas: física e jurídica, definidas como transportadores de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes, através do órgão de trânsito municipal.

Parágrafo único. Os critérios e exigências a serem cumpridos para cadastramento e realização da atividade, de que trata este artigo, serão definidos por legislação específica, visando assegurar a coleta e o transporte seguro e racional dos resíduos, bem como sua disposição em área adequada, previstos neste decreto.

Capítulo V DAS AÇÕES EDUCATIVAS

Art. 14 Com o objetivo de divulgação e conscientização, a Prefeitura providenciará, entre outras medidas, a elaboração de cartilha ou outro material de orientação, a ser distribuído juntamente com o alvará de edificação, reforma e demolição, bem como a ser

disponibilizado às entidades de classe ligadas à construção civil, cujas ações educativas deverão ter bem definidos: foco, objetivo e público alvo.

Parágrafo único. A Prefeitura poderá firmar convênios e parcerias para a realização de programas e outras medidas de orientação aos empresários, técnicos, mestres de obras, trabalhadores da construção civil, e demais agentes envolvidos, visando à redução, a segregação e a disposição final adequada dos resíduos.

Capítulo VI DAS RESPONSABILIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 15 Os proprietários, possuidores, incorporadores, construtores de imóveis, geradores de resíduos de que trata este decreto, responderão, solidária e juntamente com as empresas ou prestadoras de serviços, pela coleta, remoção, transporte e destinação dos resíduos.

Art. 16 Ficará a cargo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, em conjunto com a Secretaria de Obras e Infra-Estrutura, a análise do projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes, sendo sua aprovação no procedimento administrativo condição necessária para expedição de alvará de edificação, de reforma, de demolição e de outras obras.

Art. 17 O poder de polícia é exercido por meio dos agentes de fiscalização ambiental, de trânsito, e de posturas, nas suas respectivas áreas de competência, que realizarão vistorias periódicas, a fim de constatar o cumprimento deste decreto.

Art. 18 Cabe à Prefeitura fiscalizar, direta ou indiretamente o gerenciamento de resíduos nas áreas definidas neste decreto, bem como os projetos de gerenciamento de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes dos grandes geradores.

Art. 19 A aprovação do projeto de gerenciamento de resíduos da construção civil, de que trata este decreto, deverá estar afixado em local visível nas sedes das empresas ou obras.

§ 1º Constatadas irregularidades nos procedimentos definidos por este decreto, o proprietário e/ou gerador serão notificados e autuados, ficando a obra embargada, enquanto que, durante o embargo, só será permitida a execução dos serviços indispensáveis à eliminação das infrações.

§ 2º A infração a qualquer dispositivo deste decreto acarretará os procedimentos administrativos na seguinte ordem: notificação; multa; embargo ou suspensão da atividade; e, cassação da atividade, quando for o caso.

§ 3º A notificação para sanar as irregularidades far-se-á ao infrator, pessoalmente, pôr via postal, ou ainda edital, na hipótese de não localização do notificado.

§ 4º O prazo máximo para sanar as irregularidades apontadas será de 10 (dez) dias,

podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão fiscalizador, enquanto que, em função da gravidade da infração, este prazo poderá ser imediato.

Capítulo VII DA NOTIFICAÇÃO E PENALIDADES

Art. 20 A infração a qualquer dispositivo deste decreto acarretará à fiscalização municipal (ambiental, trânsito e posturas), os seguintes procedimentos administrativos:

- I - notificação administrativa;
- II - multa pecuniária;
- III - embargo ou suspensão da atividade;
- IV - cassação da atividade, quando for o caso.

Parágrafo único. A aplicação de penalidades, a que se refere este artigo, não isenta os infratores das demais sanções legais que lhes forem aplicáveis pelos mesmos motivos, previstas na legislação federal ou estadual, nem da obrigação de reparar eventuais danos e perdas ambientais.

Art. 21 A notificação administrativa, de que trata o inciso I, do artigo anterior, para sanar as irregularidades observadas pela fiscalização, deverá ser encaminhada ao infrator, por comunicação direta, por meio de auto de infração, ou por via postal, com o "AR" dos Correios, ou por edital, no caso de pessoa ausente, ou em local incerto e não sabido.

Parágrafo único. O prazo para sanar as irregularidades, a que se refere este artigo, ordinariamente, será de 10 (dez) dias, podendo ser prorrogado por igual período, e extraordinariamente, em função da gravidade da infração, poderá ser imediato, a critério do órgão fiscalizador.

Art. 22 Ao infrator que descumprir as normas e condições estabelecidas neste decreto, aplicar-se-ão as seguintes penalidades:

- I - sem causar dano ambiental, multa de 10 UFESP (dez Unidades Fiscais do Estado de São Paulo);
- II - causando dano ambiental, multa de 100 UFESP (cem Unidades Fiscais do Estado de São Paulo);
- III - em áreas de preservação permanente, multa de 200 UFESP (duzentas Unidades Fiscais do Estado de São Paulo).

§ 1º Os débitos não recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da lavratura da notificação ou do indeferimento do recurso serão imediatamente inscritos na Dívida Ativa

do Município.

§ 2º As multas previstas neste artigo serão cobradas em dobro, no caso de reincidência, enquanto que o produto da arrecadação de pagamentos das infrações previstas neste artigo, quando aplicadas pelos agentes de Fiscalização Ambiental, constituirá receita do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FUMDEMA.

Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 Os grandes geradores de resíduos da construção civil e de resíduos sólidos verdes terão até 1º de janeiro de 2014, para incluir os respectivos projetos de gerenciamento nos projetos de obras, a serem submetidos à aprovação ou ao licenciamento dos órgãos competentes, conforme estabelecido neste decreto.

Art. 24 Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Alto, 26 de setembro de 2013.

Silvia Aparecida Meira
Prefeita Municipal

Registrado em livro próprio e afixado nos locais de costume das sedes da Prefeitura e da Câmara Municipal, na mesma data, bem como publicada, em órgão de imprensa escrita, na data de sua circulação, nos termos do artigo 110, da **Lei Orgânica** do Município.

Maria Cristina Zaupa Antonio
Secretária dos Negócios Jurídicos